



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 2400/2025

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2025.

Processo n° 0821044-03.2025.8.19.0021,
ajuizado por

Trata-se de Autor, de 82 anos de idade, que, em **28 de janeiro de 2025**, necessitava de **atendimento especializado em cirurgia vascular – em serviço de alta complexidade**, para fins de tratamento das seguintes patologias, preferencialmente em hospital de gestão federal: **doença arterial obstrutiva periférica, insuficiência venosa crônica com ulcerações extensas que apresentam colonização e processo infeccioso por bactérias multirresistentes, sensíveis somente a medicamento injetável** (Num. 190164906 - Pág. 6).

Em **21 de janeiro de 2025**, foi impresso o resultado de cultura realizada em secreção de úlcera, sendo isolada a bactéria *Proteus mirabilis*, **sensível apenas** aos seguintes antibióticos: Amicacina, Aztreonam, Cefoxitina, Ceftriaxona, Cefepima, Amoxicilina + Ácido clavulânico, Cefotaxima, Ceftazidina, Piperaciclina + Tazobactam e Meropenem (Num. 190164906 - Pág. 8).

Dentre outros medicamentos de uso, por via oral, foi prescrito, em **21 de janeiro de 2025**, o antibiótico Amicacina 250mg/mL – 2 ampolas, via intramuscular, por dia / 1 ampola, via intramuscular, por dia – por 14 dias (Num. 190164906 - Pág. 7).

Em **31 de março de 2025**, foi relatado pela médica assistente que, **face à gravidade do processo infeccioso, cujas bactérias são somente sensíveis a antibióticos injetáveis de uso hospitalar, o supracitado, o Requerente deverá ser internado para tratamento clínico, sendo também informada a necessidade de **atendimento especializado nas seguintes especialidades: cirurgia vascular, medicina hiperbárica e estomaterapia** (Num. 190164907 - Pág. 1).**

Ainda em 31 de março de 2025, foi mencionado o resultado de exame de cultura que detectou a **colonização da ferida por várias bactérias resistentes a antibióticos orais e a maioria dos antibióticos, cujas bactérias eram sensíveis a antibióticos de uso hospitalar, porque requerem acesso venoso [para administração] em posologias que determinam a periodicidade de, pelo menos, intervalos de 8 horas, a cada administração**. Foi esclarecido que o Demandante **recebeu orientação e prescrição de um antibiótico, via intramuscular, que contemplava o tratamento de uma das bactérias, além de outros medicamentos e orientação para a realização de curativos diário na rede pública, porém alegou que preferia tratamento internado, tendo solicitado laudo médico para tal**. A médica assistente informa que esclareceu, ao Suplicante, na ocasião, que **o seu tratamento era eminentemente clínico e que seria muito difícil conseguir uma internação para tal, porque não envolve risco à vida e nem procedimentos agressivos, como amputação de membros inferiores, mas mesmo assim, insistiu que preferia uma internação**. Necessita de acompanhamento pelo cirurgião vascular



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

que deverá realizar debridamento nas lesões apresentadas, **acompanhamento pelo serviço de estomaterapia** que será responsável pela realização de curativos nas lesões e **uso de medicina hiperbárica** para melhorar o seu prognóstico. Recebeu esclarecimento de que **a SASE SAÚDE não tem condições de acompanhar o seu tratamento**, sendo **realizado encaminhamento à rede pública – clínica da família – mais próxima à sua residência** para que fosse iniciado o processo de regulação médica para as especialidades supramencionadas. Nesse momento, **não tem indicação de procedimentos cirúrgicos radicais**, como amputação, mas **se permanecer sem tratamento, poderá evoluir para processo infeccioso mais sério**, que possa comprometer a integridade do membro comprometido (Num. 190164907 - Págs. 2 e 3).

Foram pleiteadas **avaliação e conduta especializada – cirurgia vascular, medicina hiperbárica e estomaterapia em regime de internação** (Num. 190164904 - Págs. 6 e 7).

Inicialmente cabe destacar que, embora à inicial (Num. 190164904 - Págs. 6 e 7) tenha sido pleiteada a **avaliação especializada multidisciplinar do Autor em regime de internação**, na mesma data – **31 de março de 2025** – a médica assistente, _____, emitiu dois laudos com **informações divergentes, o primeiro com solicitação médica expressa de internação para tratamento clínico** (Num. 190164907 - Pág. 1) e o **segundo esclarecendo que a internação foi solicitada pelo próprio Demandante, que preferia ser tratado em regime de internação, sendo orientado e encaminhado à rede pública – clínica da família, para que fosse iniciado o processo de regulação médica para as especialidades supramencionadas** (Num. 190164907 - Págs. 2 e 3).

Desta forma, **não há como este Núcleo realizar uma inferência segura acerca da indicação da internação do Autor, devido à divergência de conduta médica, em documentos médicos elaborados na mesma data, pela mesma profissional – ora com solicitação de internação, ora informando necessidade de avaliação multidisciplinar em caráter ambulatorial.**

Diante o exposto, informa-se que a **avaliação e conduta especializada – em cirurgia vascular, medicina hiperbárica e estomaterapia** pleiteadas **estão indicadas** diante a condição clínica que acomete o Autor (Num. 190164907 - Págs. 2 e 3).

Quanto à disponibilização, no âmbito do SUS, informa-se que:

- as **consultas em cirurgia vascular e em estomaterapia para avaliação e conduta especializada estão cobertas pelo SUS**, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (SIGTAP), na qual constam: **consulta médica em atenção especializada** (03.01.01.007-2) e **consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico)** (03.01.01.004-8), considerando o disposto na Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES);
- o serviço de **medicina hiperbárica (oxigenoterapia hiperbárica) não é padronizado** no SUS, pela via administrativa, no âmbito do município de Duque de Caxias e do Estado do Rio de Janeiro.

✓ Todavia, informa-se que o próprio médico **cirurgião vascular** está **habilitado a avaliar o quadro clínico do Autor e definir as suas**



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

necessidades terapêuticas, inclusive avaliar se, este, preenche os critérios para o tratamento com oxigenoterapia hiperbárica.

Para regulamentar o acesso aos procedimentos cardiovasculares incorporados no SUS, o Ministério da Saúde publicou a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que estabelece a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade (Anexo XXXI), prevendo a organização de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Estado da Saúde e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de redes estaduais e regionais, bem como contando com os Componentes da Atenção Básica, Especializada e das Redes de Atenção em Cardiologia Regional de cada unidade federada.

Destaca-se que no Estado do Rio de Janeiro, foi pactuado na Comissão Intergestores Bipartite a CIB-RJ nº 5.890 de 19 de julho de 2019, que aprova a recomposição da **Rede de Atenção em Alta Complexidade Cardiovascular do Estado do Rio de Janeiro**. Assim, o Estado do Rio conta com as unidades habilitadas no SUS para atenção cardiológica e suas referências para as ações em cardiologia de média e alta complexidade por Região de Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

O ingresso dos usuários nas unidades que ofertam os serviços do SUS, ocorre por meio do sistema de regulação, conforme previsto na Política Nacional de Regulação que organiza o serviço em três dimensões (Regulação de Sistemas de Saúde, Regulação da Atenção à Saúde e Regulação do Acesso à Assistência) para qualificar a atenção e o acesso da população às ações e aos serviços de saúde.

No intuito de identificar o correto encaminhamento do Autor aos sistemas de regulação, este Núcleo consultou as plataformas do **Sistema Estadual de Regulação – SER** e do **SISREG III** e **não localizou a sua inserção** para o atendimento das demandas pleiteadas.

Considerando que o Autor é munícipe de **Duque de Caxias**, informa-se que **este Núcleo não dispõe de senha para acesso à plataforma de regulação do referido município**, para a realização de consultas ao sistema. Portanto, **dessabe se o Autor já se encontra inserido junto ao sistema de regulação municipal de Duque de Caxias, para as consultas em cirurgia vascular e em estomaterapia.**

Desta forma, para acesso às **consultas em cirurgia vascular e em estomaterapia, pelo SUS e através da via administrativa, sugere-se que o Autor se dirija à unidade básica de saúde, mais próxima de sua residência, para:**

- **Verificar se já foi realizada a sua inserção junto ao sistema de regulação do município de Duque de Caxias;**
- **No caso de ainda não ter sido inserido junto ao sistema de regulação municipal, deverá requerer a sua inserção junto ao referido sistema de regulação, para as consultas especializadas em questão.**

Em consulta ao banco de dados do Ministério da Saúde¹ **não** foi encontrado Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para as enfermidades do Autor – **doença arterial obstrutiva periférica, insuficiência venosa crônica e ulcerações crônicas.**

¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE. Diretrizes - Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral. Disponível em: < <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/publicacoes/diretrizes-de-atencao-a-pessoa-com-paralisia-cerebral.pdf/view>>. Acesso em: 23 jun. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

É o parecer.

**À 6ª Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias do Estado do Rio de Janeiro,
para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.**

TATIANA GUIMARÃES TRINDADE

Fisioterapeuta
CREFITO2/104506-F
Matr.: 74690

JAQUELINE COELHO FREITAS

Enfermeira
COREN/RJ 330.191
ID: 4466837-6

**RAMIRO MARCELINO RODRIGUES DA
SILVA**

Assistente de Coordenação
ID. 512.3948-5
MAT. 3151705-5

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02